

RADAR FEMINISTA



NO CONGRESSO NACIONAL

23 a 27 de novembro de 2020

Com o fim do primeiro turno, o país se concentra nas cidades que continuam em campanha e voltam às urnas dia 29 de novembro. Guilherme Boulos (SP), Marília Arraes (PE), Manoela D'Ávilla (RS) e Edimilson (PA) são as candidaturas que mais mobilizam o campo da esquerda. O Congresso Nacional, por sua vez, continua num ritmo mais devagar, focado ainda no processo eleitoral.

Nos resultados obtidos até agora algumas constatações. Tivemos um aumento das candidaturas de pessoas trans, de candidaturas indígenas, quilombolas, de mulheres negras e esse aumento em alguma medida também se refletiu no número de eleitas.

É pouco, mas comemoramos a eleição de 25 pessoas que se identificaram como transsexuais ou travestis, sendo uma delas a mulher mais votada da cidade de São Paulo, Érika Hilton (PSOL) primeira vereadora trans e negra, recebeu mais de 50 mil votos. Segundo levantamento realizado pela Antra – Associação Nacional de Travestis e Transsexuais foram mapeadas em 25 estados, 294 candidaturas, sendo 30 candidaturas coletivas, 2 para prefeitura e 1 para vice-prefeitura. Ainda são poucas eleitas, mas o aumento em relação à última eleição é expressivo. Em 2016, foram 89 candidaturas e 8 eleitas.

É pouco, mas comemoramos a eleição de um prefeito quilombola, em Cavalcante, Goiás e de um vice-prefeito no Maranhão. Além dele, serão 55 vereadoras e vereadores em todo o país, segundo levantamento da CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Cerca de 500 quilombolas disputaram a eleição em todo o país.

É pouco, mas comemoramos a eleição de 10 indígenas para dirigirem prefeituras (em 2016 foram seis), sendo uma mulher. Duas vice-prefeitas indígenas também foram eleitas e 8 vices são homens indígenas. Tivemos um total de 2.216 candidaturas indígenas disputando o pleito. Para as Câmaras Municipais foram eleitas 29 vereadoras indígenas, entre 695 candidatas. Dos 1.407 homens indígenas candidatos, 153 se elegeram para as Câmaras Municipais.



É pouco mas comemoramos que houve um aumento de 20% do número de mulheres eleitas em relação a 2016. A representação é 6,3% das eleitas. Em matéria publicada no dia 20 de novembro, entrevistamos algumas das eleitas: “A gente tá entrando pela porta da frente”: Mulheres negras eleitas contam os desafios da representatividade nos espaços de poder.

Quanto às mulheres em geral, em relação ao número de eleitas para as Câmaras Municipais, mais uma vez não alcançamos nem as cotas exigidas para as candidaturas, que é de 30% no mínimo por sexo. Nos números, ainda parciais, ficamos em 16% (9 mil eleitas), 2,5 pontos percentuais acima dos resultados alcançados em 2016, 13,5% (7,8 mil).

Em relação às prefeituras, até o momento 12.2% de mulheres irão comandar prefeituras em todo o país. Em 2016, fomos 11,9%. Esse número ainda pode crescer um pouco pois ainda temos 19 mulheres concorrendo em algumas das 57 cidades que terão segundo turno. Seguimos agora na esperança de que o segundo turno eleja candidaturas feministas antirracistas, comprometidas com a democracia e os direitos humanos.

A reação do clã Bolsonaro ao resultado eleitoral

Enquanto isso o presidente, talvez reagindo a constatada pouca influência que teve nessas eleições – a esmagadora maioria de candidaturas por ele apoiadas foi rejeitada nas urnas –, declarou a possibilidade de terem ocorrido fraudes nas eleições. Um de seus filhos, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL/SP), apresentou recentemente o PL 5163/2020 que questiona a segurança do sistema eletrônico de votação, afirmando na sua justificativa que “não faltam questionamentos que levantam dúvidas sobre a lisura dos resultados oficiais” e que “quase que diariamente há notícias de hackers que conseguem invadir sistemas de segurança de grandes companhias privadas ou órgãos dos mais diversos governos estrangeiros e nacionais, por que então crer que apenas a urna eletrônica seria impassível de tais violações?”. Pelo jeito seu texto foi “premonitório”, pois no dia da votação hackers tentaram, sem sucesso, invadir o site do TSE – Tribunal Superior Eleitoral.



Mas a vizinhança tem nos trazido algumas alegrias

Enquanto aqui no Brasil lutamos para impedir retrocessos em todos os campos e, em especial no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, comemoramos possíveis avanços na Argentina, onde o próprio presidente anunciou o envio ao Congresso de projeto de lei para a legalização do aborto no país.

E a pandemia continua matando centenas diariamente e infectando outras milhares todos os dias. Já ultrapassamos 170 mil mortes e 6,1 milhões de infectados, mas o país cada vez mais ignora o risco. Com isso, após um período de queda, voltam a subir as infecções e mortes diárias.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS NO CONGRESSO NACIONAL

Considerar flagrante delito quando o agressor for encontrado logo após a ocorrência dos casos de violência doméstica

PL 5168/2020, de autoria da senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), altera a Lei Maria da Penha para prever nova situação de flagrante delito para os casos de violência doméstica ou familiar contra a mulher.

Presença de assistente social e psicóloga na viatura policial e pronto atendimento às mulheres

O deputado Denis Bezerra (PSB/CE), apresentou duas propostas alterando a Lei Maria da Penha. O PL 5203/2020, para prever a atuação da equipe multidisciplinar no momento do atendimento à ocorrência. E o PL 5204/2020, determinando que a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 – ofereça pronto atendimento a mulheres vítimas de violência, para acesso emergencial em situações de necessidade imediata ou de socorro rápido.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS NO CONGRESSO NACIONAL

Investigação criminal e o processo penal que respeite os direitos fundamentais principalmente da vítima

De autoria do deputado Ricardo Silva (PSB/SP), o [PL 5219/2020](#) normatiza a escuta especializada e o depoimento especial da mulher vítima ou testemunha de violência. E o [PL 5225/2020](#), de autoria da senadora Leila Barros (PSB/DF), altera o Código de Processo Penal, para estabelecer a obrigatoriedade de gravação audiovisual das audiências realizadas no processo penal.

Proposta tenta suprir a falta de delegacias especializadas de atendimento às mulheres

A deputada Elcione Barbalho (MDB/PA), quer autorizar o atendimento da mulher vítima de violência diretamente pela defensoria pública ou pelo ministério público. Segundo o [PL 5192/2020](#), vale para os municípios em que não houver Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher ou Núcleo Investigativos de Femicídio ou equipe especializada para o atendimento e a investigação das violências graves contra a mulher.

Proposta veda cargos públicos para condenados por violência contra mulheres

[PL 5214/2020](#), de autoria do deputado Célio Studart (PV/CE), altera a Lei Maria da Penha para impedir que condenados por violência contra a mulher assumam cargos públicos. Há várias propostas desse tipo, como informamos nos Radares ao longo deste ano.

Autorização para que ônibus possam parar fora dos pontos no período noturno

O [PL 5193/2020](#), de autoria da deputada Rosana Valle (PSB/SP), dispõe sobre o desembarque de mulheres usuárias do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros em todo território nacional, assegurando que no período noturno os ônibus parem fora dos pontos de parada pré-estabelecidos.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS NO CONGRESSO NACIONAL

O homicídio de João Alberto gera manifestações de parlamentares contra o racismo estrutural e a violência

RQS 2712/2020, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), voto de solidariedade à vereadora Ana Lúcia Martins, do Partido das Trabalhadoras (es) de Joinville/SC, pelo crime de racismo cometido contra ela e tantas outras candidaturas negras.

RQS 2724/2020, de autoria do senador Fabiano Contarato (REDE/ES), voto de repúdio ao grupo de Supermercados Carrefour do Brasil por mais um ato de brutal violência cometido pela equipe de segurança contratada pela rede de supermercados, que espancou até a morte João Alberto Silveira Freitas, um homem negro de 40 anos.

REQ 2767/2020, de autoria do deputado Damião Feliciano (PDT/PB), requer a criação de Comissão Externa destinada a acompanhar as ações de investigação da morte de João Alberto Silveira Freitas, espancado até a morte em uma unidade do supermercado Carrefour, em Porto Alegre.

REQ 2768/2020, de autoria da deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP) requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 5885, de 2019, que dispõe sobre o enfrentamento ao racismo institucional.

20 de novembro pode se tornar feriado nacional

PL 5228/2020, de autoria do deputado Gervásio Maia (PSB/PB), tenta tornar o 20 de novembro feriado nacional – como já é em alguns estados. Para isso, acrescenta a informação no artigo 1ºA e seu parágrafo único à lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011 que instituiu o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

Conservadores esperneando com as mudanças na linguagem

PL 5198/2020, de autoria do deputado Junio Amaral (PSL/MG), veda expressamente a instituições de ensino e bancas examinadoras de seleções e concursos públicos a utilização, em currículos escolares e editais, de novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS NO CONGRESSO NACIONAL

Proposta estende mecanismos de acolhimento e atendimento às vítimas de violência sexual para combater também a violência institucional

PL 5208/2020, de autoria da deputada Fernanda Melchionna (PSOL/RS) e mais duas deputadas, altera a Lei Maria da Penha para estender às vítimas de crimes contra a dignidade sexual o atendimento especializado destinado às vítimas de violência doméstica.

Ampliação da licença e salário maternidade quando o parto é prematuro

O PL 5186/2020, de autoria do senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), quer garantir a proteção à prematuridade, garantindo a prorrogação da licença-maternidade até 60 (sessenta) dias após a alta hospitalar do recém-nascido, através da alteração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Também se ampliar o prazo de salário-maternidade, no art. 73-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Repressão ao desaparecimento forçado e proteção às vítimas

PL 5215/2020, de autoria do deputado Paulão (PT/AL) e mais 30 deputadas e deputados do PT, dispõe sobre prevenção e repressão ao desaparecimento forçado de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas.

O Art. 6º, que trata da proteção e o atendimento à vítima do desaparecimento forçado e aos seus familiares, inclui a atenção às suas necessidades específicas, especialmente em relação a questões de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, nacionalidade, raça, religião, faixa etária, situação migratória, atuação profissional, diversidade cultural, linguagem, laços sociais e familiares ou outro status.

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS NO CONGRESSO NACIONAL

Cotas de 10% para candidaturas LGBTQIA+ nas eleições proporcionais

PL 5220/2020, de autoria do deputado Alexandre Frota (PSDB/SP), obriga todos os Partidos Políticos a manterem um percentual de 10% (dez por cento) para as candidaturas LGBTQIA+, aos cargos do legislativo, deputados federais, estaduais e vereadores".

Projeto questiona decisão do CNJ que protege população LGBTQI+

PDL 481/2020, de autoria da deputada Chris Tonietto (PSL/RJ), susta os efeitos da Resolução nº 348/2020, do Conselho Nacional de Justiça, a qual "estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente". A deputada questiona a legitimidade do CNJ para tomar tal decisão. Vale lembrar que Chris Tonietto é conhecida por suas posições intolerantes e conservadoras.

Proposta sugere homenagem à deputada assassinada em 1998

PRC 71/2020, de autoria da deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), dá ao Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados a denominação Ceci Cunha, deputada assassinada, pelo seu primeiro suplente, logo após a posse em sua reeleição como deputada federal, em 1998.

VALE A PENA CONFERIR!



Inesc

Eleições 2020: perfil das candidaturas eleitas em 1º turno



Frente Nacional

Direito ao Aborto Legal em risco: o que muda com o Decreto 10.531/2020 do Governo Federal



Câmara Federal

Notícias: Mulheres representam 16% dos vereadores eleitos no País



UOL

Notícias: ONU cobra explicações a Damares sobre garantias ao aborto legal



Coalizão Direitos Valem Mais

Manifesto Público pela instalação urgente do processo orçamentário com condições adequadas para a participação da sociedade civil

Nota Técnica LDO/LOA 2021 e PEC 188: Piso Mínimo Emergencial para Serviços Essenciais, Desmonte do Estado pela PEC do Pacto Federativo e Necessidade de Mudanças Urgentes nas Regras Fiscais



3º Bate-papo Feminista da Resistência

Nesta quinta-feira, 26, às 17 horas, o Cfemea realiza a live "A LUTA HISTÓRICA PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES", no instagram!



Radar elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.